

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato



## PARECER JURÍDICO

**ASSUNTO: DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO 90020/2025 – Art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021, Resolução 06/2023 do Consórcio Público da Microrregião de Crato — CPSMC e, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.**

Vieram os presentes autos a essa Assessoria para análise jurídica com emissão de parecer conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº 14.133/202, acerca da possibilidade de contratação direta, mediante dispensa eletrônica de licitação.

Trata-se de Dispensa Eletrônica de Licitação, na forma do artigo 75, XV da Lei nº 14.133/2021, para Contratação de entidade especializada na prestação de serviços técnicos de coordenação, organização, planejamento e execução de Seleção Pública Simplificada, destinada à composição do quadro de empregados públicos dos Centros Especializados em Reabilitação- CER II e CER IV, unidades de saúde sob gestão do Consórcio Público de saúde da Microrregião de Crato- CPSMC.

Compulsando os autos, verifica-se em seu bojo:

- Documento de Formalização de Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar e Mapa de riscos;
- Relatório do Setor de Compras;
- Declaração de Disponibilidade Orçamentária;
- Termo de Referência;
- Termo de Consentimento;
- Aprovação da Autoridade Competente;
- Autuação;
- Aviso de Contratação Direta e anexos;
- Despacho à Procuradoria Jurídica;

É o que merece ser relatado. OPINO.

Inicialmente, é relevante destacar que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, delineia diversas exceções em que a licitação poderá ser dispensada, dispensável ou inexigível. No que tange à licitação dispensável, as circunstâncias são detalhadas no art. 75 da referida lei.



**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato



Nestas situações, a licitação é possível, uma vez que existe a potencialidade de competição entre dois ou mais interessados, mas o legislador catalogou cenários específicos nos quais a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, visando atender de maneira mais ágil e eficiente ao interesse público.

Conforme estabelecido no artigo 75, XV da Lei nº 14.133/21, é dispensável a licitação para a contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades. Vejamos:

**Lei nº 14.133/21**

Art. 75. É dispensável a licitação:

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

A interpretação sistemática da norma permite concluir que o serviço de realização de concurso público/seleção pública, por sua própria natureza, está inserido no âmbito do desenvolvimento institucional. Trata-se de medida indispensável para o provimento regular de cargos/empregos públicos, contribuindo diretamente para o fortalecimento da estrutura administrativa da entidade.

Nesse sentido, é de conhecimento geral que compete ao administrador a análise minuciosa do caso em questão, considerando o custo-benefício do procedimento. Esse exame deve levar em consideração princípios fundamentais como a eficiência e o interesse público que a contratação direta pode proporcionar. No entanto, mesmo quando se trata de uma contratação direta, é imperativo instituir um procedimento formal que conduza à escolha da proposta mais



**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato



vantajosa e à celebração do contrato.

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Assim, a IN SEGES/ME Nº. 67/2021 dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº. 14.133/21, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, com a finalidade de dotar de maior transparência os processos de aquisição de menor valor.

No presente caso, almeja-se a contratação de entidade especializada na prestação de serviços técnicos de coordenação, organização, planejamento e execução de Seleção Pública Simplificada, destinada à composição do quadro de empregados públicos dos Centros Especializados em Reabilitação- CER II e CER IV, unidades de saúde sob gestão do Consórcio Público de saúde da Microrregião de Crato-CPSMC. A justificativa inicial para esta necessidade encontra-se registrada no Documento de Formalização de Demanda.

Prosseguindo, consta nos autos o Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos, onde prevê que a contratação está incluída no Plano Anual de Contratações. A etapa seguinte envolveu a cotação de preços, cujos valores médios foram devidamente ratificados pela Diretoria Financeira do CPSMC, através de Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

Supletivamente, destaca-se o Termo de Referência, o qual estipula o preço máximo total estimado para a aquisição. Dessa forma, a pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com o art. 23 da Lei nº.14.133/21, demonstrando-se satisfatória.

Vale ressaltar que os autos abrangem toda a documentação essencial para o procedimento, incluindo a estimativa de despesa, conforme exigido pelo art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21, além do art. 5, II, da IN SEGES/ME Nº. 67/2021. Nesse sentido, em observância ao mandamento legal que exige a verificação prévia da existência de recursos financeiros antes da contratação, consta nos autos a previsão de crédito orçamentário para cobrir tal despesa.

A escolha da contratada recaiu sobre a Fundação Universidade Regional do Cariri. Em análise à documentação de habilitação apresentada, verifica-se a juntada do respectivo Estatuto, no qual constam sua lei instituidora, o CNPJ da Fundação Universidade Regional do Cariri, a nomeação de seu representante legal, documentos de identificação, além do Balanço Financeiro, Certidões Fiscais (Trabalhista, Estadual, Federal, Municipal e FGTS), bem como os atestados de capacidade técnica.

Consta, ainda, o Estatuto da Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri,





**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato



acompanhado de seu CNPJ, nomeação do representante legal, documentos de identificação, Balanço Financeiro, Certidões Fiscais (Trabalhista, Estadual, Federal, Municipal e FGTS) . Trata-se de entidade sem fins lucrativos que apoia a Universidade Regional do Cariri (URCA) na consecução de seus objetivos finalísticos.

Quanto à inquestionável reputação ético-profissional, resta comprovada por seus atestados de capacidade técnica. Desta forma, evidenciam-se atendidos os pressupostos subjetivos para a contratação pretendida, uma vez que a empresa selecionada apresentou a documentação atinente à comprovação das exigências legais.

No que tange à minuta do contrato e sua concordância com as imposições do Art.92 da Lei 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

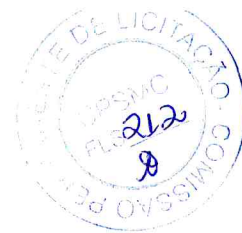
- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;



**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato



X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Diante do exposto, e em conformidade com o art. 53, caput e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, a Procuradoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação de entidade

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato



especializada na prestação de serviços técnicos de coordenação, organização, planejamento e execução de Seleção Pública Simplificada, destinada à composição do quadro de empregados públicos dos Centros Especializados em Reabilitação – CER II e CER IV, unidades de saúde sob gestão do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC. A análise abrange, igualmente, a minuta do Aviso de Contratação Direta. Contudo, ressalta-se a necessidade de renovação das Certidões Fiscais atualmente vencidas, como condição indispensável para a formalização da contratação.

Essa fundamentação está ancorada no art. 75, XV da Lei nº. 14.133/2021 c/c art. 50 da Resolução 06/2023 do CPSMC, indicando, assim, a aprovação regular do processo.

Salvo melhor Juízo. É o PARECER.

25 de Novembro de 2025, Crato-Ceará

JOSE MARCELO  
BEZERRA CHAGAS  
SOUSA:033977543  
21

Assinado de forma digital  
por JOSE MARCELO  
BEZERRA CHAGAS  
SOUSA:03397754321  
Dados: 2025.11.25  
15:54:03 -03'00'

Procurador Jurídico

J. Marcelo Bezerra Chagas Sousa

OAB/CE Nº 32.211